

***Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil  
(1958-1963).***

**Raquel Silva da Fonseca<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de explicitar alguns dos principais preceitos da Doutrina de Guerra Revolucionária Francesa. O presente trabalho faz parte de um projeto de mestrado que analisa a reutilização desses conceitos feita pelos militares brasileiros a partir do pensamento de uma civil francesa chamada Suzanne Labin. No entanto, o principal objetivo dessa pesquisa é explicitar os fundamentos da doutrina, sem esgotar o tema, como uma forma de incitar novos trabalhos sobre o tema.

**Palavras-chave:** Guerra-Revolucionária, Suzanne Labin, Exército Brasileiro, Doutrina Militar, Guerra Psicológica.

Este texto faz parte de um projeto de mestrado realizado na PUCRS, que trabalha com a reutilização dos preceitos da Guerra Revolucionária francesa feita pelos militares brasileiros. O trabalho iniciou-se com a identificação de uma civil francesa chamada Suzanne Labin, citada em alguns textos escritos por militares brasileiros, em apostilas de aula (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1963)<sup>2</sup> e livros publicados pela Biblioteca do Exército Editora (CARVALHO, 1966;1967). Ao estudar os preceitos colocados pela autora sobre a política contemporânea de sua época<sup>3</sup>, percebemos que suas idéias estavam em concordância com as idéias perpetradas pelos militares franceses da Argélia. Logo, fez-se necessário estudar a doutrina militar francesa, para compreender o pensamento da autora e porque os militares brasileiros utilizaram esse pensamento.

---

<sup>1</sup> Licenciada e bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa de Mestrado em História, pela mesma universidade. Esta pesquisa é realizada com o financiamento do CNPq.

<sup>2</sup> Documentação é disponibilizada pelo site “Memórias Reveladas”. Ver: [http://www.mr.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/64\\_59.pdf](http://www.mr.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/64_59.pdf). Acessado em junho de 2009.

<sup>3</sup> Neste artigo, o principal livro analisado da autora é: LABIN, Suzanne. Em cima da Hora. Rio de Janeiro: Record, 1963. O livro foi traduzido e prefaciado por Carlos Lacerda.

## O advento da Guerra Revolucionária Francesa

Peter Paret, em livro escrito em 1986 e traduzido para o Brasil em 2003, pela Biblioteca do Exército Editora, reúne diversos textos que tratam das teorias estratégicas militares ao longo dos tempos. Dentre os artigos, existe um específico para a Guerra Revolucionária, onde os autores John Shy e Thomas W. Collier discorrem sobre a formação da idéia de guerra revolucionária através dos tempos. Para os autores, a teoria de Guerra Revolucionária começou a ser pensada apenas depois de 1941. Este fato ocorreu principalmente porque a estratégia militar das nações imperialistas estava voltada para o combate com outras nações, e não para os conflitos internos (SHY E COLLIER, 2001: 470). Os autores conceituam a guerra revolucionária da seguinte forma:

*“A ‘guerra revolucionária’ refere-se à tomada de poder pelo uso da força armada. Nem todo mundo aceita definição tão simples, e a expressão, de fato, tem outras conotações: que a tomada do poder se dá por um movimento político do povo ou um de base ampla; que tal tomada abarca um período de tempo razoavelmente longo de conflito armado; e que o poder é assumido para que seja levado a efeito um programa social e político bastante difundido. A expressão também implica alto grau de conscientização e que uma guerra ‘revolucionária’ está sendo travada.” (SHY E COLLIER, 2001: 470).*

Esse tipo de guerra também não pode ser entendido no sentido de guerra com outras nações, como geralmente é pensada. A guerra revolucionária é um conflito que ocorre dentro de uma nação, com o propósito da tomada do poder de Estado (Ibid.: 470). Os autores argumentam como a visão sobre essa guerra muda ao longo do tempo, e afirmam que existe uma corrente de pensamento, ligada as grandes potências, que acredita que essa guerra iniciou-se apenas na era nuclear, devido à periculosidade das armas, o que impediria uma nova guerra mundial. A lista de guerras que podem ser classificadas como guerra revolucionária vai desde a Revolução Francesa a Revolução chinesa, finalizada em 1949. Os autores destacam um dado importante para compreendermos melhor o conceito de guerra revolucionária:

*“A vitória dos comunistas chineses em 1949, com a concomitante publicidade dada aos escritos sobre guerra revolucionária de seu líder – Mao Tsé-Tung – o desmantelamento, mais ou menos violento, dos grandes impérios europeus na África e na Ásia e a Guerra Fria, todos se combinaram para conferir ao assunto um destaque sem precedente no pensamento militar*

*ocidental contemporâneo. O que é novo não é o fenômeno em si, mas nossa percepção dele.” (Ibid.: 499).*

As diferentes interpretações e percepções, geralmente feitas sem levar muitos detalhes em consideração, dificultam o entendimento deste tipo de guerra. Ela pode ser entendida como uma guerra que surgiu apenas em função da era nuclear, devido ao perigo de destruição total entre os países em caso de uma nova guerra mundial. Além disso, o tratamento dessa guerra quando a força revolucionária perde é diferente de quando ela vence. Quando uma GR fracassa, ela pode ser vista como uma simples rebelião. Isso acontece com a própria percepção da Guerra da Argélia, onde características do lado insurgente da batalha até hoje não são bem documentadas. Os autores afirmam ainda que “existe uma característica específica em cada guerra revolucionária”, o que também dificulta seu entendimento (Ibid.: 473).

Entretanto, é possível identificar características que são fundamentais a esse tipo de guerra. Uma delas é a questão do uso da palavra. “Na guerra revolucionária, não existe vocabulário apolítico ou neutro; as próprias palavras são armas” falam Shy e Collier (Ibid.: 476). Essa questão vale para ambos os lados da guerra, a ala revolucionária e a ala contra-revolucionária. Com relação à utilização das palavras pela ala revolucionária, um dos maiores exemplos está na mobilização popular promovida por Mao Tsé-Tung. Sobre a utilização das palavras feita pelos contra-revolucionários, os autores falam:

*“Descrever os atos revolucionários como ‘novos’ ou sem precedentes em crueldade (ou pleitear que a estratégia revolucionária está profundamente enraizada em velha filosofia) são outras ilustrações de como a própria linguagem se transforma em arma na guerra insurrecional. Ela é usada para isolar e confundir inimigos, congregar e motivar aliados, e arregimentar apoio de observadores indecisos. Mas a mesma linguagem direciona – ou direciona mal – o esforço militar; a retórica do conflito político se torna a realidade da teoria estratégica.” (Idem)*

Além da Revolução Chinesa, a Iugoslávia de Tito, a Guerra da Indochina e conseqüentemente do Vietnã, e a “teoria do foco” como a variante cubana do maoísmo podem ser vistos como exemplos de GR. Mas o pioneirismo sobre a percepção da GR no ocidente como um problema estratégico está com a França, durante a Guerra da Indochina, entre 1946 e 1954. Esta guerra e a respectiva derrota francesa forjaram uma

obsessão no meio militar francês para compreender as razões da derrota, o que levou a criação de uma estratégia contra revolucionária conhecida como “*Guerre Revolutionnaire*”. Shy e Collier explicam:

*“Guerre Revolutionnaire era mais do que uma expressão francesa para a guerra revolucionária; ela descrevia um diagnóstico e uma receita para aquilo que um grupo de militares de carreira viam como principal enfermidade do mundo moderno – o fracasso ocidental em enfrentar o desafio da ateísta subversão comunista.” (Ibid.:517)*

Entretanto, além do escopo teórico desse tipo de guerra, é necessário comentar brevemente algumas de suas conseqüências, principalmente de sua aplicação teórica feita pelos militares franceses. O autor João Roberto Martins Filho aponta:

*“a derrota para os vietnamitas em Dien Bien Phu (1954) e a eclosão da rebelião na Argélia fortaleceram no Exército a idéia de que a principal razão da derrota na Indochina fora o fato de que a doutrina militar francesa não estava preparada para enfrentar um novo tipo de guerra, na qual se confundiam os elementos militares e não militares e se combinavam de forma particular política, ideologia e operações bélicas.” (MARTINS FILHO, 2009:182)*

Dessa forma, a preparação para enfrentar o processo de independência da Argélia foi muito mais organizada e efetiva por parte dos militares franceses. O escopo teórico, apesar de não estar totalmente pronto, já estava sendo aplicado na Argélia francesa, principalmente os pontos relacionados a Guerra Psicológica. A aplicação dessa doutrina começa a ser realizada em 1956, mas o estado francês começa a dismantlar o exército que atuou na Argélia já em 1959. Pierre Pahlavi, em texto para a revista militar canadense, explica de maneira elucidativa que:

*“(…) the French staff headquarters applied the lessons learned in Indochina and decided to mount a counterinsurgency against the Algerian rebellion of 1954. Although this new warfare doctrine helped cut the National Liberation Front (FLN) from its popular base, it proved to be a double-edged sword, in that it led to the politicization of the French army, which would gradually abandon its traditional form.” (PAHLAVI, 2007/2008: 53-63)*

Segundo o autor, a definição para guerra psicológica é dada em 1955, como formas de influenciar e definir a opinião pública, os sentimentos e o comportamento de inimigos declarados, da população civil e militares, para que o exército francês obtivesse a vitória (PAHLAVI, Op.Cit.: 54). Dessa forma, o exército francês começou a

criar setores (os *bureaus* e os centros administrativos) paralelos ao estado central, como uma forma de manter de maneira mais eficaz a dominação e os progressos obtidos com as novas técnicas. Entretanto, é importante perceber que no momento que esses setores paralelos foram criados, os militares engajados na Argélia assumiram diversas outras funções dentro da sociedade civil, criando até certo mal estar dentro da elite civil local. Ocorreu uma “generalização de missões” (Ibid.: 56), e as autoridades civis começaram a se esforçar para criar barreiras para conter o avanço político militar.

Em finais de 1957, o exército francês decidiu estabelecer sua própria doutrina política, conhecida como “Ideologia da Integração”, nascida da guerra revolucionária (Ibid.: 57). A posse do General De Gaulle em abril de 1958 que muda o cenário militar francês da Argélia. O novo presidente francês, ciente da autonomia adquirida pelos militares franceses na Argélia, decide não mais ajudar politicamente o grupo. Mesmo mantendo a mesma política de ocupação feita pelos militares embasados na guerra revolucionária, De Gaulle retira vários militares responsáveis pela doutrina de seus postos, chegando a julgar e condenar muitos deles (ROBIN, 2005: 32-46). Com relação a esses acontecimentos é preciso deixar claro algo que foi lembrado por Martins Filho: “a doutrina em questão levou inevitavelmente a parcela do Exército francês envolvida na guerra colonial a uma postura golpista” (MARTINS FILHO, Op. Cit.: 183).

### **Guerra Revolucionária e o Brasil**

Falar sobre Guerra Revolucionária no Brasil é, geralmente, falar sobre a Doutrina de Segurança Nacional, entendida muitas vezes como forjada pelas escolas de guerra estadunidenses e simplesmente importada e implantada em outros países, ignorando as especificidades de cada país onde essa doutrina foi implantada. Joseph Comblin foi um dos primeiros a simplificar a noção de Guerra Revolucionária como fazendo parte da Doutrina de Segurança Nacional (COMBLIN, 1978). Em seu texto ele nos explica:

*“Foi também nos Estados Unidos que se formou a idéia de guerra revolucionária, que vai tornar-se o prato predileto dos militares latino-americanos, a partir do momento em que entram em funcionamento os colégios militares destinados a preparar os oficiais e soldados na região do*

*Canal do Panamá. 1961/1962 são os anos em que o conceito inicia sua carreira triunfal nas Américas.” (COMBLIN, Op. Cit.: 44)*

Comblin não simplifica apenas essa estratégia militar ao grande apanhado que seria a Doutrina de Segurança Nacional. Ele coloca a geopolítica, a bipolaridade, a guerra total e a guerra revolucionária como sendo partes integrantes da mesma doutrina, forjadas no mesmo lugar e implantadas em outros países de forma passiva, provocando um processo de “desnacionalização da vida social e política” onde os regimes implantados escapariam do “controle do homem” (Ibid.: 16). Além dessa simplificação máxima de diferentes estratégias militares, Comblin acaba dispensando o estudo do processo de construção da mentalidade militar. Entretanto, existem pesquisas recentes que apontam o problema da simplificação dessa mentalidade, e argumenta que muitas das idéias tidas antes como “trazidas” pela DSN já estavam enraizadas no pensamento militar brasileiro (MARTINS FILHO, 2008). Existem, ainda, pesquisas que salientam a importância de outras escolas militares de formação de oficiais (SVARTMAN, 2006). Sobre a formação militar, Stepan coloca:

*“Para que possa concorrer à promoção a general, ou para indicação ao Estado-Maior de qualquer dos quatro Exércitos ou escolas militares, o oficial precisa passar no difícil exame de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e depois frequentar um curso de três anos.” (STEPAN, 1975: 41)*

Apesar de ser um assunto longamente estudado por cientistas sociais e historiadores, a falta de atenção e pesquisa aprofundadas em determinados temas, faz com que a análise de alguns autores acabe prejudicada e, muitas vezes, a simplificação do significado de alguns termos é algo recorrente. Carlos Fico, em sua análise, reduz os termos “eliminar o inimigo”, “república sindicalista” e “valores morais da democracia ocidental” a um “jargão ético-moral”, associando ainda subversão com crise de moralidade que “provinha de consolidada cultura política de direita, por isso mesmo anticomunista, inspirada em certa liderança civil [referindo-se a Carlos Lacerda]” (FICO, 2001: 37). Não é intuito de este trabalho negar o anticomunismo de direita ou das Forças Armadas, ou mesmo negar o alcance político das afirmações de Lacerda. É nosso objetivo, no entanto, alertar para os perigos de afirmações desse tipo, que muitas vezes pode anular a extensão de nossa compreensão sobre o passado. Afirmações dessa forma inviabilizam discussões mais sérias sobre a origem e significado desses termos, já

que eles seriam apenas “jargões da nossa tão conhecida política de direita anticomunista”. Além disso, no momento em que se afirma que isso foi “inspirado em certa liderança civil”, não precisamos mais sequer entender a formação dessas idéias, já que todas elas vieram do mesmo local. Além de colocar um culpado na história, isso anula qualquer atividade ativa das outras forças sociais do Brasil naquele momento, principalmente a atuação das Forças Armadas na formação e perpetuação desse tipo de pensamento. A via do pensamento democrático nas Forças Armadas é conhecida na história do clube militar da década de 1950. No entanto, é inegável a postura anticomunista das mesmas Forças Armadas a partir de 1935. Dizer apenas que as Forças Armadas são “democráticas”, “anticomunistas” ou “golpistas” anula o conhecimento necessário para entender como eles chegaram até esse pensamento, já que o final da história já foi contado.

O autor João Roberto Martins Filho é um dos únicos que chama a atenção para esse problema. O autor fala que os termos “guerra revolucionária” e “defesa da civilização cristã” nunca foram realmente analisados, apesar de figurarem na maioria das pesquisas de historiadores e cientistas sociais. Ele fala sobre a concentração dos estudos na DSN, formulada pela ESG em finais da década de 1940, e da falta de pesquisas com relação a *guerre revolutionnaire*, introduzida na ESG em 1959 (MARTINS FILHO, Op. Cit.: p. 39) . Com relação a criação da contra-insurgência da era kennediana o autor diz:

*“Se marcarmos a data de nascimento da era kennediana da contra-insurgência em 18 de janeiro de 1962, quando o presidente promulgou o Memorando de Ação de Segurança Nacional 124 (NSAM – 124), podemos afirmar que, nessa data, alertar os militares argentinos e brasileiros para a urgência de desenvolver uma doutrina de combate à guerra subversiva seria o mesmo que ensinar o Padre-Nosso ao vigário.” (Ibid.: 40)*

O autor ainda assinala que o pioneirismo da absorção desse pensamento militar foi feito por coronéis argentinos, que estudaram com os veteranos franceses da Indochina e da Argélia (Idem). Com relação a chegada desse pensamento no Brasil o autor coloca:

*“No caso do Brasil, o coronel Augusto Fragoso pronunciou em maio de 1959 no curso de Estado-Maior e Comando da Escola Superior de Guerra a*

*palestra 'Introdução ao estudo da guerra revolucionária', fruto aparentemente de seus próprios estudos diretos da produção francesa, que evidentemente começaram algum tempo antes." (Ibid.: 41)*

As semelhanças do pensamento francês com as aplicações na ditadura militar pós-1964 são mais extensas do que podemos identificar no momento. O mesmo autor, falando dos pressupostos principais da doutrina francesa, aponta:

*"Em segundo lugar, e talvez mais importante, um dos pressupostos fundamentais da doutrina francesa era a idéia de que, se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, seria impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Assim, essa doutrina entra no campo das relações civis-militares. Ao fazê-lo, não hesita em afirmar que, se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então seria preciso mudar a sociedade, e não o Exército." (Idem)*

A extensa literatura de militares franceses na Argentina já havia sido apontada por Comblin, apesar de insistir em fazer a conexão desses pensamentos com a escola de guerra estadunidense (COMBLIN, Op. Cit.: 45-46). Martins Filho aponta ainda que a maioria das obras francesas que circulavam na Argentina também circulava no Brasil (MARTINS FILHO, Op. Cit.: 42-43). Na apresentação do livro "Guerras Insurrecionais e Revolucionárias", escrito pelo coronel francês Gabriel Bonnet, o então coronel Carlos de Meira Mattos informa as delimitações e conceituações sobre Guerra Revolucionária e Guerra Insurrecional, recomendadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Antes das conceituações, o coronel afirma:

*"Fomos, no nosso Exército, talvez, dos primeiros a se preocuparem e a estudarem as Guerras Insurrecional e Revolucionária. Enfrentamos as dificuldades pioneiras do desbravamento do campo intelectual desses estudos, esbarrando-nos, a cada passo, com dificuldades várias, ora de diferenciação entre essa nova forma de guerra e a guerrilha, confusão ainda hoje muito comum, ora vacilando ante a sua denominação mais adequada. Hoje em dia, entre nós, essas dificuldades estão superadas."(BONNET, 1963)*

Os militares brasileiros começaram a estudar os principais preceitos da Guerra Revolucionária ainda na década de 1950. Em documento de 1958, impresso pelo Estado-Maior da Armada, contém estudos sobre o tema, e todos os textos são de renomados militares franceses que fundamentaram a Doutrina de *Guerré Revolutionnaire* (ESTADO MAIOR DA ARMADA, 1958). Este documento é uma

coletânea de textos militares franceses, traduzidos das revistas “Revue Militaire d’ Information” e “Revue de Defense Nationale” (ESTADO MAIOR DA ARMADAM, Op. Cit.: 8), dos militares Ximenes, Souyris, Chassin e René Grandchamp<sup>4</sup>. É possível perceber também o interesse por essa doutrina através da revista brasileira “A Defesa Nacional”, que também a partir do ano de 1958 passa a publicar textos de militares franceses sobre doutrina militar e guerra revolucionária<sup>5</sup>. O Major Raposo Filho traduziu um texto do Coronel Nemo, conhecido como um dos fundadores da Guerra Psicológica aplicada na Argélia (NABUCO e MARIN, 2008), para a revista Defesa Nacional em 1959. No texto, o Coronel Nemo argumenta a importância de uma Doutrina Militar que incorpore as novas formas de guerra e que compreenda a guerra revolucionária. Nemo afirma:

*“A guerra revolucionária é a consequência e a continuação natural das rivalidades de tempo de paz: faz parte de uma manobra ampla, desenvolvida durante um longo período, do qual é uma fase episódica, e que considerações da estratégia geral ou uma ocasião favorável, a tornam desejável. Seu desencadeamento nunca é acidental, ao contrário, se inscreve nos planos, como meio de pressão ou de aceleração de uma evolução. (...) Sua preparação é totalmente organizada e, de tal forma, que a execução seja rápida. Ela cria e mantém a esperança de guerra curta – a esperança ou o mito. Os chefes que conduzem a guerra revolucionária sabem perfeitamente que ela será longa; longa para conseguir convencer e mais longa ainda para ser organizada.”(NEMO, 1959: 83)*

A política e a psicologia social são colocadas como o centro da doutrina francesa. Esses fundamentos também são encontrados nos textos de Labin.

---

<sup>4</sup> Os textos são: XIMENES. A guerra revolucionária e seus dados fundamentais; XIMENES. O raciocínio do chefe revolucionário. Exame da situação de conduta da Guerra Revolucionária; SOUYRIS. As condições da parada e da resposta na Guerra Revolucionária; CHASSIN. A Técnica da Insurreição; GRANDCHAMP. A sombra de Moscou sobre a Hungria. Todos os textos foram publicados na França no ano de 1957.

<sup>5</sup> Revista militar fundada em 1913, pelo grupo de oficiais do exército que exerceu estágio de 2 anos na Alemanha, também conhecidos como “jovens turcos”. Seguimos a mesma idéia defendida pela mestre Fernanda de Santos Nascimento, que argumenta em seu trabalho que a revista é uma das principais influências entre o corpo de oficiais brasileiros. Ver: NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: [http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2944](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2944), acessado em 24/01/2011. Em pesquisa recente realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército no Rio de Janeiro sobre a revista, podemos afirmar que a revista continuou sendo um importante meio de manifestação do pensamento militar até o início da década de 1960. É significativo que a maioria dos textos que se referem a doutrina militar, geopolítica e manifestações políticas decresceram logo após o episódio da Legalidade. A partir do ano de 1966 os artigos referentes a doutrina militar são quase nulos. Foram pesquisadas as revistas de 1956 a 1970.

## Suzanne Labin e a Guerra Revolucionária

Existem poucas informações sobre a autora <sup>6</sup>. É possível afirmar uma ligação maior com o político Carlos Lacerda, tradutor de um de seus livros e anfitrião do país em uma das visitas da autora ao Brasil. Labin é socialista e lançou pelo menos 4 livros no Brasil, entre 1948 e 1964, e um folheto em 1960 (LABIN, 1948; 1963; 1964; 1960). Este folheto é na realidade um relatório distribuído na Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos, realizada em 1º de dezembro de 1960 (LABIN, 1960: 2), conferência a qual Labin foi a grande organizadora e em que sua primeira reunião congregou 50 países na discussão sobre a “defesa da liberdade contra o comunismo” <sup>7</sup>.

No jornal Diário de Notícias, publicado em Porto Alegre, há uma reportagem sobre Suzanne Labin em agosto de 1963, falando sobre a palestra que a autora havia dado nesta cidade, primeiro para estudantes da escola Pedro Ernesto e, mais tarde, para a Confederação dos Círculos Operários Católicos <sup>8</sup>. Além disso, a reportagem afirma que a autora ainda faria outra conferência, dessa vez no Teatro Municipal, sobre a “Infiltração Comunista no Mundo Livre” <sup>9</sup>. Reproduzindo as palavras da autora, o jornal coloca:

*“Não penso que haja uma guerra nuclear. Ao comunismo ela não interessa. O comunismo perderá tudo com a guerra atômica, porque êle será destruído juntamente com o mundo ocidental. Não lhes convém a guerra quando estão conquistando com palavras.”* <sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> Em texto anterior procurei traçar a trajetória da autora. Ver: FONSECA, Raquel Silva. A Guerra Revolucionária como questão estratégica: Suzanne Labin, militares brasileiros e a Guerra Política. IN: O Brasil no Sul : cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010 / Organizadoras : Marluza Marques Harres; Ana Silvia Volpi Scott. - Porto Alegre : ANPUH-RS, 2010. Disponível em [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279500118\\_ARQUIVO\\_RaquelFonseca-RegionaldeHistoriaSantaMaria.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279500118_ARQUIVO_RaquelFonseca-RegionaldeHistoriaSantaMaria.pdf) . Acessado em dezembro de 2010.

<sup>7</sup> Tirado do site: [http://www.michaeljournal.org/causeries/textescauseries/tape\\_058.htm](http://www.michaeljournal.org/causeries/textescauseries/tape_058.htm)

<sup>8</sup> “Suzanne Labin adverte: ‘Mundo livre se mantém mudo e cego à infiltração comunista’”. Diário de Notícias. Porto Alegre, página 13, 03 de agosto de 1963.

<sup>9</sup> Ibid., p. 13.

<sup>10</sup> Idem.

Essa passagem da reportagem entra em concordância com uma das afirmações do Coronel Nemo, no texto traduzido para a revista “A Defesa Nacional”. A guerra revolucionária é abordada no texto como a mais nova forma de guerra, pode ser realizada tanto fora quanto dentro de um determinado Estado-Nacional, não exigindo uma influência externa para o início do combate (NEMO, Op. Cit.: 82). No entanto, dentro da perspectiva trazida pelo equilíbrio de poder da Guerra Nuclear, a Guerra Revolucionária pode ser utilizada por uma força exterior para desestabilizar o equilíbrio de poder e desencadear a Guerra Nuclear. Devido o perigo da destruição em massa, o cel. Nemo aponta para a necessidade de estudar não só as novas possibilidades de combate surgidas a partir da evolução tecnológica militar, mas também para as formas de guerra e dominação que não necessitam o emprego imediato dessa tecnologia. Afirma o autor:

*“A guerra nuclear atua pelo temor que nasce da destruição efetiva ou da ameaça de destruição. Esta destruição pode ser teoricamente uma verdadeira exterminação, em virtude da potência dos engenhos modernos. A guerra revolucionária, ao contrário, procura convencer uma opinião pública, antes ou mesmo depois, do desencadeamento do ato da força; ela tem a pretensão de criar uma nova ordem social.” (Ibid.: 83)*

A idéia de atuação do comunismo internacional por meios que não sejam inicialmente bélicos faz com que essa nova doutrina militar aja nos meios políticos e psicológicos nas etapas iniciais da guerra revolucionária, para garantir uma vitória futura. Peter Paret aponta que a interdependência entre ação violenta e ação não violenta também é teorizada pelos franceses (PARET, 1964: 10). A guerra psicológica, um dos aspectos da Guerra Revolucionária, pode ser vista em ambos os aspectos. Uma vez diagnosticada como sendo utilizada pelo inimigo, a psicologia pode se tornar uma arma violenta através da propaganda. E a violência da propaganda nem sempre significa violência física: quando aplicada intensamente, em todos os meios de comunicação possíveis dentro de uma comunidade isolada, pode ser considerada “violenta”.

A guerra psicológica é tratada por Labin em termos que podem ser vistos a primeira vista como “pessoais”, mas que analisados com mais afinco estão de acordo com a doutrina militar francesa, já que o abalo moral da tropa pode ser um dos meios

para a guerra revolucionária obter sucesso <sup>11</sup>. Na obra “Em Cima da Hora”, Labin tem um capítulo dedicado aos “meios psíquicos” (LABIN, 1963: 71-77). A idéia principal dos “meios psicológicos”, para Labin, está voltada para apontar características pessoais negativas, não só dos agentes do comunismo, mas também da própria URSS, identificando-o como “subversivo”, “mentiroso”, “enganador”. Essa personificação se baseia muito mais em questões ligadas a “falha de caráter” do que uma análise do perfil psicológico das pessoas que “seguem o Kremlin” (Ibid). Dessa forma, Labin afirma que o comunismo internacional age para:

*“Excitar a cidade contra o campo porque o pão está caro, o campo contra a cidade porque o trigo está barato demais, o comerciante contra o funcionário em nome da livre iniciativa, o funcionário contra o comerciante em nome do planejamento. O Europeu contra o Americano em nome da cultura, o Americano contra o Europeu em nome da paz. Êle sopra os preconceitos mais contrários às doutrinas internacionalistas e antiracistas que alega professar, como o nacionalismo primário, quando se trata de reviver o ódio franco-alemão, e o anti-semitismo, se o Estado de Israel se atravessa no caminho do imperialismo soviético.” (Ibid.: 71)*

A idéia da mentira, para incitar rivalidades dentro do país, seria o início da guerra revolucionária, e em consequência da realidade internacional da época, cada guerra revolucionária poderia ser um abalo ao equilíbrio de poder, e um passo em direção a guerra nuclear. Em um folheto distribuído pela Editora Globo, de Porto Alegre, quase que totalmente baseado em documentos do Estado-Maior das três Forças Armadas, existe a conceituação de Guerra Psicológica:

*“A Guerra Psicológica é, sem dúvida, a modalidade mais antiga, mais conhecida e mais empregada da Guerra Revolucionária. É a ação insidiosa e persistente sobre o moral e o sentimentalismo dos indivíduos e das MASSAS, com a finalidade de conquistá-los. Agindo maciça e insistentemente sobre os indivíduos, sobre os grupos e finalmente sobre a população, a Guerra Psicológica se propõe a conquistar corações e pensamentos e lhes incutir uma nova convicção ideológica.” (BRASIL, 1964: 17)*

---

<sup>11</sup> Até o momento da redação deste texto não foi encontrado trabalhos sobre a importância da moral da tropa brasileira para a vitória em uma batalha. No entanto, em todos os documentos analisados, o abalo moral tanto dos militares quanto dos civis parece ser ponto chave para compreender os mecanismos de defesa propostos pelos militares. Geralmente, o “abalo moral da tropa” é associado com mentiras e com políticos que não tem capacidade de levar uma política que não seja conivente com o comunismo. Ver: ROCHA, Leduar de Assis. Curso de Guerra Revolucionária. Recife: Imprensa Oficial de Pernambuco, 1966; BRASIL, Pedro. Livro Branco da Guerra Revolucionária. Porto Alegre: Globo, 1964.

As vertentes da Guerra Revolucionária no Brasil é um campo de estudo fértil que ainda necessita muito trabalho. Este artigo buscou trazer traços fundamentais dessa doutrina, sem esgotar o tema de forma alguma. Aqui, mostramos a importância da psicologia para esse pensamento. No entanto, tanto os militares franceses quanto Suzanne Labin afirmam que a principal arma dessa nova forma de guerra é a propaganda, que se utilizam da política e da psicologia para atingir seus objetivos.

## **Bibliografia**

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de; MARIN, Richard. **Guerra Revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957-1972)**. Disponível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Rodrigo%20NABUCO%20DE%20ARA%20UJO%2031-08-07.pdf> . Acessado em novembro de 2009.

BONNET, Gabriel. **Guerras Insurrecionais e Revolucionárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 1963.

BRASIL, Pedro. **Livro Branco da Guerra Revolucionária**. Porto Alegre: Globo, 1964.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Raquel Silva. A Guerra Revolucionária como questão estratégica: Suzanne Labin, militares brasileiros e a Guerra Política. IN: **O Brasil no Sul : cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010 / Organizadoras : Marluza Marques Harres; Ana Silvia Volpi Scott**. - Porto Alegre : ANPUH-RS, 2010. Disponível em [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279500118\\_ARQUIVO\\_RaquelFonseca-RegionaldeHistoriaSantaMaria.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279500118_ARQUIVO_RaquelFonseca-RegionaldeHistoriaSantaMaria.pdf) . Acessado em dezembro de 2010.

LABIN, Suzanne. **A Rússia de Stalin**. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

\_\_\_\_\_. **Em cima da Hora**. Rio de Janeiro: Record, 1963.

\_\_\_\_\_. **O duelo Rússia x USA**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

\_\_\_\_\_. **A Guerra Política**. Editora Presença, 1960.

MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23 nº 67. Junho de 2008.

\_\_\_\_\_. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre revolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília Macdonell; TELLES, Edson; TELLES, Janaina de Almeida (org.). **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. Volume I. São Paulo: Hucitec, 2009.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: [http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2944](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2944) , acessado em janeiro de 2011.

**O Comunismo no Brasil. Inquérito Policial 709**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966-1967. 4 volumes.

PÁHLAVI, Pierre. Political Warfare is a double-edged sword: the rise and fall of the french counter-insurgency in Algeria. IN: **Canadian Military Journal**, winter 2007-2008. P. 53 a 63. Encontrado no site: <http://www.journal.forces.gc.ca/vo8/no4/doc/pahlavi-eng.pdf> Acessado em 22/01/2011. Acessado em 22/01/2011.

ROBIN, Marie-Monique. **Escuadrones de La muerte**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

ROCHA, Leduar de Assis. **Curso de Guerra Revolucionária**. Recife: Imprensa Oficial de Pernambuco, 1966.

SHY E COLLIER. Guerra Revolucionária. In: PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

STEPAN. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

SVARTMAN, Eduardo. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

### Fonte Primária

“Suzanne Labin adverte: ‘Mundo livre se mantém mudo e cego à infiltração comunista’”. Diário de Notícias. Porto Alegre, página 13, 03 de agosto de 1963.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA. Alguns Estudos sobre a Guerra Revolucionária. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1958.

MATTOS, Carlos de Meira. Instrução de Guerra Revolucionária. Imprensa Universitária, 1971.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Estado-Maior do Exército. “Ação Educativa Contra a ‘Guerra Revolucionária’ – Unidade III: Técnicas revolucionárias psicológicas”; “Unidade IV: Preservação da Democracia, Ação Psicológica: Propaganda e Contrapropaganda”, escrito por Ten. Cel. Mario de Assis Nogueira, 1963, p. 1. Disponível em: [http://www.mr.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/64\\_59.pdf](http://www.mr.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/64_59.pdf) . Acessado em junho de 2009.

NEMO, Cel. Jean. A procura de uma doutrina. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, maio de 1959, nº 538, pgs. 79 a 92. Tradução do Major A. Raposo Filho.

**Sites:**

[http://www.michaeljournal.org/causeries/textescauseries/tape\\_058.htm](http://www.michaeljournal.org/causeries/textescauseries/tape_058.htm)